

Ciência, imaginário e civilização em Couto de Magalhães

Science, imaginary and civilization in Couto de Magalhães

LUIZ CARLOS BORGES

Museu de Astronomia e Ciências Afins | MAST

MANUELA BRÊTAS DE MEDINA

Doutoranda em História | UERJ

LÍVIA NASCIMENTO MONTEIRO

Doutoranda em História | UFF

RESUMO A Ciência no Brasil oitocentista concentrava-se em indivíduos que, por diletantismo ou profissão, faziam do território brasileiro o objeto de seus estudos. Muitos deles, enquanto súditos ilustrados, dividiam-se, tal qual Couto de Magalhães, entre as atividades de Estado e as de Ciência. Este artigo analisa o discurso científico desse autor, com base em sua obra *O selvagem*, publicada em 1876 e comissionada pelo imperador Dom Pedro II. Essa obra expressa um ideário de nação, no qual os povos indígenas desempenham um papel central, pois é a partir do aproveitamento de suas qualidades e da apropriação de seu conhecimento que o Brasil, como nação civilizada e integrada, poderia ser construído.

Palavras-chave Couto de Magalhães – discurso científico – Império do Brasil – índios

ABSTRACT *Science in Brazil of the 19's depended mostly on individuals that, whether by diletantism or profession, had as their scientific subject the Brazilian territory. Many of those, considered as illustrated subjects, divided their time, as Couto de Magalhães did, between State and scientific activities. This paper analyses Couto de Magalhães scientific discourse based on his book *O selvagem*, published in 1876 and commissioned by the emperor D. Pedro II. That work expresses a nation ideal in which the Indian peoples play a leading roll, since it is by the use of their natural qualities and the appropriation of their knowledge that Brazil, as a civilized and integrated nation, could be built.*

Key words *Couto de Magalhães – scientific discourse – Brazilian Empire – indians*

Um Império em busca de ilustração e civilização

Compreender os processos mediante os quais as práticas discursivas produzem efeitos de sentido implica reme-tê-las, enquanto acontecimentos simbólicos, à sua relação com a história. Dessa maneira, o sentido não se dá como evidência, porém em função de uma dupla inscrição: a de todo acontecimento social no movimento sócio-histórico e, deste, nas práticas discursivas. Por extensão, a análise de qualquer prática científica, na história da Ciência, demanda a compreensão do modo pelo qual essas práticas inscrevem-se em uma formação sócio-histórica, na qual e a partir da qual esses fatos tornam-se investidos de sentido. Portanto, além de ser necessário conhecer as características da

cultura científica de um dado momento histórico, é igualmente fundamental compreender, de forma mais abrangente, as condições e contradições que permeiam o espaço-tempo histórico.

É justamente na dupla inscrição que são detectadas as condições/contradições de produção que atuam nas práticas socioculturais, nas quais se inclui a científica. Trata-se, pois, de um conjunto de elementos, gerais e específicos, que marcam, delimitam, a possibilidade do fazer sentido, em face da articulação instituinte entre a ordem da língua e a da história,¹ considerando-se, de um lado, a não transparência dos enunciados e, de outro, a ilusão da referencialidade constitutiva de nossos gestos de interpretação/compreensão do mundo.

A compreensão do legado científico de Couto de Magalhães implica levar em conta os pressupostos anteriormente mencionados. Assim, duas perguntas se impõem como pontos de partida: Que traços dessa dupla inscrição podem ser encontrados nos escritos científicos de Couto de Magalhães? Que afinidades e discordâncias podem ser apontadas em seu discurso, considerando-se o diálogo que estabelece com a cultura científica e política de seu tempo? As respostas a essas indagações podem diferir de acordo com diferentes formações discursivas em jogo. O objetivo deste artigo, ao tratar de Couto de Magalhães e de sua obra *O selvagem*, consiste, de um lado, em evidenciar a rede de autores que Couto de Magalhães mobiliza e que, além de fundamentar sua investigação acerca dos grupos indígenas no Brasil, dão legitimidade científica à sua obra. E, de outro, com base em suas proposições e conclusões, examinar que tipo de diálogo ele mantinha com os princípios e procedimentos que balizavam as investigações científicas nessa época, especialmente no que se referia à diversidade étnica, bem como sua relação com a política indigenista e o processo civilizatório do Segundo Reinado.

Para tanto, convém explicitar, ainda que de modo sucinto, o que melhor caracteriza o tempo de Couto de Magalhães. Vigorava no Brasil do Segundo Reinado uma cultura científica e política baseada na ilustração, mesclada a uma ideologia de progresso, e em que se fundamentava um projeto civilizatório de construção da nacionalidade. Esse conjunto de saberes e práticas, cujas raízes filosóficas se encontravam no racionalismo iluminista e nos novos modos de investigar a natureza, havia sido introduzido no Brasil ainda no período pombalino, intensificara-se com a transferência da corte para o Brasil e, a partir da independência e, principalmente, durante o reinado de D. Pedro II, ganhou maior relevo, quando, além da institucionalização da prática científica, observa-se também uma relação mais estreita entre o ordenamento científico e a administração pública.² É nesse cenário histórico e discursivo que se processa o esforço com vistas à integração territorial e populacional do Império, especialmente no que tange à sustentabilidade econômica e ao alavancamento do país à condição de nação civilizada, na qual os índios se tornaram, ademais da nova configuração política e jurídica, objeto de descrição e classificação científicas.³ E é justamente nesse cenário que Couto de Magalhães procura enfatizar o papel relevante que poderiam desempenhar os povos indígenas, no tocante ao alargamento e manutenção das fronteiras, e ao desenvolvimento socioeconômico do Império.

Em termos especificamente científicos, havia um predomínio de estudos sobre a natureza, a que também estavam aliadas a interiorização e a formação do Brasil. Segundo Heloisa Domingues, no século XIX, marcado pelo romantismo e pelo naturalismo, a natureza é exaltada ao mesmo tempo em que é objeto de investigação científica, isto é, ela é simultaneamente objetivada e ideologizada, tendo-se tornado “emblema da nação” e, com isso, as viagens de exploração científica passam a fazer parte de uma política de conquista territorial, uma vez que “significaram descobrimento de novos lugares a explorar, transformando-se em marcos de processos de colonização”.⁴ Ainda em consonância com Domingues, a importância das ciências naturais, nesse processo, decorria do fato de as viagens serem o meio de (neo)colonização e, assim, difundir os ideais de progresso civilizador. O que sobressai em razão do investimento no aparelhamento científico, no contexto brasileiro do Segundo Reinado, é o fato de que o conhecimento punha-se a serviço da colonização/civilização.

Mediante a mobilização de um conjunto de ações político-administrativas, tratava-se de fundar/institucionalizar uma ciência nacional.⁵ O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838, é um exemplo desse ideário, pois desempenha um relevante papel na construção de uma história do Brasil e, por conseguinte, no estabelecimento, em bases científicas, nos marcos do iluminismo, de uma unidade/identidade nacional – e esta época se

caracteriza justamente por esse afã de fundar uma nação brasileira domada, civilizada. Daí a afirmação de Domingues de que, no século XIX,

(...) as ciências naturais, através da botânica, da zoologia, da astronomia e da etnografia (pois o conhecimento dos povos do interior era condição para alargar as fronteiras), deram suporte e se desenvolveram inseridas no processo político de consolidação e afirmação do estado-nação brasileiro...”.⁶

Para Margaret Lopes, o naturalismo, além de responsável pelo estabelecimento de métodos e procedimentos científicos, constituiu-se igualmente na forma ideológica que possibilitou a ascensão e a hegemonia de novos grupos de profissionais, dentre os quais os homens de ciência que, especialmente a partir da segunda metade do XIX, passaram a desempenhar um papel de destaque no aparelho de Estado, como forma de estabelecer uma administração baseada em métodos racionalistas de cunho cientificista.⁷

Impunha-se estudar, explorar, conhecer não apenas a terra e seus recursos (minerais, hídricos, vegetais e faunísticos), mas, principalmente, os seus habitantes (seus costumes, suas línguas, suas potencialidades para integrarem o Estado-nação e, assim, contribuir para seu desenvolvimento). Para tanto, era indispensável lançar mão dos recursos da história, da arqueologia, da etnografia, da geografia, da geologia e mesmo da paleontologia, dentre outros. Desse modo, como ressalta Domingues, tanto a prática quanto o discurso científico, ao perscrutar o presente, não apenas procuravam explicar o passado, mas, conjuntamente, estabelecer as bases para o futuro.⁸

Em termos da textualização predominante nesse período, sobressai-se o uso do termo “melhoramento” (no singular ou no plural). Trata-se de um termo revelador “das convicções ideológicas que alicerçavam o projeto de construção de nação da elite brasileira”.⁹ Uma evidência a favor dessa hipótese, concerne à frequência com que esse termo comparece em diversos enunciados (oficiais, por exemplo, na “fala do trono”, em textos estatutários; na imprensa). Nesse cenário histórico e discursivo, melhoramento se contrapunha diglossicamente à benfeitoria (representante de um modelo de país e de um discurso dos velhos tempos: colônia, Primeiro Reinado). Na concepção político-científica de Couto de Magalhães, o termo melhoramento aplicava-se também à nova condição que as populações indígenas deveriam assumir no projeto de nação elaborado por ele.

252

Outro suporte em que se textualizava o projeto nacional eram as exposições que – em conjunto com diversas formas de divulgação – funcionavam como dramatização musealizada do moderno e do impulso civilizador das nações. As exposições, provinciais, nacionais ou internacionais, funcionavam como instrumentos pedagógicos, cenarizando o discurso do progresso das nações civilizadas. Para os países sul-americanos, as exposições constituíam oportunidades para fazer com que, aos olhos das demais nações, deixassem de aparecer como países exóticos, e fossem reconhecidos como nações igualmente progressistas e civilizadas.¹⁰ Ainda que, como assevera Margarida de Souza Neves, o lugar dos países sul-americanos estivesse garantido nessas exposições justamente porque “de sua participação esperava-se, por um lado, o tempero do pitoresco sempre bem vindo em espaços que deveriam divertir multidões e moldar espíritos”.¹¹

As exposições – nas quais *O selvagem* foi comissionado pelo imperador para figurar na exposição internacional de 1876, na Filadélfia –, nesse contexto político e científico, eram vistas como forma instrutiva e divertidas de falar sobre/demonstrar o progresso, uma espécie de diorama em que se expunham o que um país ou um governo ilustrado havia realizado em termos de melhoramento tecnocientífico.¹² Nessa acepção, as exposições operavam como espaços de fundação e/ou estabilização de sentidos, pois elas metaforizavam expograficamente apenas uma dada concepção histórica. Principalmente, delimitavam-se como um marco interpretativo de normatização (daí o seu valor pedagógico) na disciplinarização das possibilidades interpretativas acerca da nação musealizada.

O progresso (cultural, econômico, social e científico), tido como um bem comum, uma espécie de lei universal, constituía o suporte da formação histórico-ideológica em que se embasava o projeto civilizador de Couto de Magalhães. É constituindo esse projeto, tendo por base a oposição entre atraso/barbárie e progresso/civilização – aquele como ponto

de partida e o segundo como meta a ser alcançada –, que este estadista, explorador e ilustrado debruça-se sobre a questão indígena brasileira, entendendo que o avanço/progresso brasileiro não podia prescindir dessas populações, seja porque é dever do Estado retirá-las do estado de barbárie; seja porque, uma vez integradas ao processo de construção de uma nação civilizada, caberá a elas um papel importante, especialmente no que tange à expansão, à integração e à defesa dos territórios ainda selvagens.

Assim, no conceito de nacional e de melhoramento, no contexto brasileiro, pontificavam, de um lado, as relações que vigiam no plano internacional (econômicas, políticas e científico-tecnológicas) e, de outro, os anseios de um projeto de, segundo a ideologia da época, elevar o Brasil ao estatuto de nação civilizada. Nessa acepção, é particularmente relevante o papel “desbravador” de Couto de Magalhães, no seu intento de integrar a esse projeto civilizatório uma grande parte do território imperial e uma parcela relevante da população. Com isso, buscava alargar o significado político e estratégico do termo nacional que, na visão de Lopes, se restringia, no discurso e no contexto geopolítico da época, apenas a uma pequena fração do território brasileiro: o litoral.¹³ No imaginário político do Império, essa acepção de nacional contrapunha-se a de local (isto é, às demais regiões do Brasil distantes do litoral e do núcleo urbano e político do Império). A proposta de Couto de Magalhães, por outro lado, consiste justamente em, através da integração geográfica e étnica, superar essa dualidade como forma – a mais eficiente, em sua opinião – de civilizar e trazer o progresso para o Brasil. É justamente essa inserção de Couto de Magalhães no campo da Ciência e no da política que motiva a nossa abordagem de *O selvagem*.

Os índios, sua representação e política indigenista no Império

No século XIX, instaurou-se um processo de idealização do índio que, do Romantismo, se propagou por todo o Império. Essa idealização, cujo fim era a colonização/catequização, ou redução do índio à civilização, resultou de uma política que visava transformar o índio, como categoria étnica, histórica e social, em um ser genérico – tratado como entidade etnicamente indiferenciada, o chamado índio supraétnico –,¹⁴ como efeito do processo de transformação cultural que vinha sendo promovido desde o período colonial.¹⁵ Com isso, ainda que o elemento indígena estivesse presente nas diversas formas e instâncias de representação, em nenhum momento se tratou do índio considerado como ser histórico-social. Sobre a política indigenista desse período, pode-se resumidamente dizer que o índio, tal qual era idealizado, distanciava-se bastante do índio real.¹⁶ Qual seja, observa-se uma disjunção entre a carnavalização do índio retratado pelo imaginário do Segundo Reinado¹⁷ – resultante, dentre outros fatores, de um movimento a um tempo científico, literário e político, pelo qual o índio, tomado “como símbolo da cultura oficial, como encarnação do acerto de contas” com a fundação mítica do Brasil, “é transformado em alegre espetáculo”¹⁸ – e o efetivo tratamento político reservado aos diversos povos indígenas espalhados pelo Brasil.

A nova política de catequização e civilização dos índios emanava da Assembleia Geral e do governo imperial, de acordo com o Ato Adicional de 1834, e se compunha basicamente de duas vertentes. De uma parte, mesclava a catequização, inicialmente sob a responsabilidade dos Capuchinhos que, com o apoio do governo, se transformava, a partir de 1844, no grupo religioso mais importante no trato com os índios, à instrução militar. Em 1845, um decreto dispunha sobre a instrução cívica dos índios, de sua empregabilidade e da fixação dos grupos nômades, promovendo, ainda, sobre os aldeamentos, cuja administração ficava a cargo de um diretor de aldeia que, por sua vez, estava subordinado ao Diretor-Geral de Índios. De outra, determinava a posse da terra. Em 1850, a propriedade territorial foi regulamentada, sendo a terra dividida em duas categorias, as terras do Estado e as dos particulares, cuja propriedade deveria ser legitimamente reconhecida. Concomitante, ocorreu a expansão territorial de frentes, especialmente, as agropastoris. Nesse período, os direitos indígenas, especialmente o concernente à posse da terra, foram minimizados, quando não obliterados – por exemplo, no texto legal de 1854 que regulariza as terras no Brasil, não há garantia ao direito indígena às terras. Embora reconheça o direito dos índios às terras em que viviam, esse direito ficava condicionado à satisfação

de duas condições: a) que as terras fossem entendidas como terras particulares e b) que fossem legitimamente possuídas, nos termos legais estabelecidos pelos regulamentos que tratavam da propriedade de terras.¹⁹

Do ponto de vista do trato com os índios, a política indigenista do Império pode ser resumida em dois pontos: tinha um caráter descentralizado e dividia os índios em mansos e bravos (segundo os interesses e as tensões interétnicas locais). Dessa forma, aos índios cabia escolher entre opor-se ao Estado e ser retaliado, ou assimilar-se a ele. É assim, seja como índio idealizado e do passado, seja como bárbaro do sertão (o bugre), ou ainda como deculturado, que os índios aparecem nos enunciados historiográficos, artísticos ou políticos do século XIX.

No entanto, é o índio romantizado e carnalizado que, na forma de um antepassado (mitificado e fetichizado), atua como elemento legitimador de uma nacionalidade emergente, indispensável à construção da memória e do presente nacionais. A respeito da contradição entre os índios reais e o índio ideal, é mister observar que, na própria constituição desse movimento de construção da nacionalidade, se encontra um conjunto emaranhado de contradições, desiguais em diferentes graus de profundidade, sendo algumas objetivas (a relação entre os diversos segmentos étnicos, por exemplo), outras subjetivas (crenças religiosas e hábitos culturais).

Tudo leva a crer que seja essa uma das causas que leva a obliterar o índio enquanto componente étnico para a efetiva formação da nacionalidade, uma vez que, segundo a política delineada para alavancar o Brasil, a civilização brasileira deveria ser engendrada com o estímulo à imigração de europeus. Nesse sentido, se o modelo de identidade nacional espelhava-se na Europa, então não haveria lugar para os índios. O apagamento do índio específico e a sua paulatina transformação em categoria étnica e histórica assimilável pela sociedade brasileira encontram na categoria "tapuío"²⁰ a sua manifestação física e cultural por excelência. O tapuío vem a ser, no XIX, o produto de um longo processo de transformações culturais sofrido pelas nações indígenas, cujo fim consistia em homogeneizar a diversidade étnica e linguística dos índios.²¹

254

Desse modo, ainda que o elemento indígena estivesse presente em diversas representações do Império (quer nas artes, quer nas investigações científicas), em nenhum momento se tratou do índio como agente social e cultural. De fato, tanto a concepção de nação como o processo identitário em que então se gestava no Brasil se constituíram sobre a projeção romântica de um eu ideal, que se manifestava nos diversos aparelhos do estado. As razões filosóficas e científicas, bem como o modelo político que sustentavam a afirmação do Brasil como nação civilizada, provinham de modelos europeus nos quais o movimento de formação de estados nacionais se irradiava. É, por conseguinte, a partir de uma estrutura civilizatória idealizada e europeia que os povos indígenas, suas línguas e culturas, são concebidos e assimilados. É também sobre essa mesma base ideológica que diversos efeitos-caricatura, sobre eles, vão sendo produzidos. A sociedade brasileira no século XIX refletia uma contradição agônica de sua gênese: ao índio genérico era dado um papel de destaque como lenda viva, condição na qual participava como elemento indispensável para compor um quadro mítico-histórico, a partir do qual não apenas se funda o passado brasileiro, mas também se legitima a nacionalidade; ao mesmo tempo em que, aos grupos étnicos em sua diversidade e historicidade era imposta uma política deculturante e assimilacionista e aos quais, na condição de não índios, é oferecida uma participação como componentes socioculturais na construção da identidade e da civilização nacionais.

Como já observado, na construção da nacionalidade não havia lugar para a noção de pluralidade étnica, se era a ideia de unicidade e organicidade (de território, povo, língua, cultura e história) que sustentava a concepção de nação e, portanto, de história dessa nação. Predominava, então, um esforço de homogeneização cultural e histórica da diversidade, ao lado a uma política assimilacionista. Ademais, havia também, especialmente vindo do campo das artes, um processo de alçar o índio a símbolo nacional. Esse índio ideal colidia frontalmente com a presença indesejada do índio real: "afinal, os índios ocupavam terras, ameaçavam colonos, recusavam-se ao trabalho e lutavam para conservar suas aldeias. Como transformá-los em símbolos nacionais se eram considerados inferiores e ameaçavam o desenvolvimento e progresso econômico do Estado"?"²²

Afinal, além de ameaça ao desenvolvimento econômico e à expansão das frentes produtivas, os índios também constituíam um obstáculo ao projeto civilizatório: Como coadunar expressões culturais primitivas com a meta desejada

de ombrear-se ao padrão civilizado das nações europeias? O que permitiu, finalmente, a entronização do índio no panteão nacional foi justamente a produção discursiva de um simulacro histórico, a partir da representação carnalizada dos grupos indígenas, na forma do índio fictício/ficcional, exótico, supraétnico e, conseqüentemente, destituído de história própria.

Na tradição historiográfica brasileira, os índios, com raras exceções, atuam como personagens indefinidos na cena histórica. Em geral, tornam-se focos de atenção apenas em situações de conflito com os agentes da sociedade envolvente.²³ Uma das premissas que justificavam o desaparecimento cultural e historiográfico dos povos indígenas relacionava-se à concepção predominante, seja na esfera política, seja na acadêmica – na qual pontuava o chamado racismo científico –, de que a assimilação dos índios pela sociedade nacional era inevitável. De outra parte, havia também um norteamento histórico segundo o qual os povos de oralidade (ou que estavam, segundo o cânone evolucionista da época, na infância da humanidade e que, portanto, deveriam ser guiados para a civilização) não tinham história, mas apenas etnografia, como afirmava Francisco Adolfo Varnhagen (1816-1878).

De 1818 a 1910 aconteceu o período das investigações científicas das culturas indígenas, em que houve um esforço de sistematização desses estudos com base não mais na observação empírica, mas na observação seguindo o modelo das ciências naturais, a cargo de naturalistas, ilustrados, visando oferecer uma classificação ampla e bem fundamentada das populações indígenas existentes no Brasil. Esse empreendimento científicizante apresentou, como marco, o ano de 1884, quando se iniciaram as expedições científicas ao interior do país, organizadas e capitaneadas por pesquisadores europeus (alemães em maior número). Havia uma preocupação salvacionista que consistia em descrever os povos e coletar exemplares (espécimes) de sua cultura material, especialmente de grupos ainda não atingidos pelo processo civilizatório. Consta que os estudos realizados por brasileiros foram em menor número. A pouca produção de brasileiros se deve a dois fatores interligados: a falta de financiamento para as expedições e porque não se dispunha de instituições científicas organizadas e aparelhadas para isso, e, também, como consequência, vivia-se, no Brasil, ainda uma fase de improvisação e diletantismo.²⁴ Assim,

*(...) enquanto especialistas estrangeiros [...] chegavam ao Brasil à procura de populações indígenas [...] para surpreendê-las no seu estado primitivo e estudá-las com o rigor de seus métodos e de suas técnicas de investigação, os brasileiros [...] [tinham mais] o intuito político de dilatar a área social em atraso com a expansão geográfica e de incorporá-las à comunidade nacional.*²⁵

Dentre as expedições incentivadas pelo IHGB, podem ser destacadas a de Gonçalves Dias (então chefe da sessão de Etnografia do Instituto), cujo objetivo era estudar as províncias do norte do país, e da qual resultou um Vocabulário da Língua Geral, publicado em Leipzig no ano de 1858, além da coleta de material etnográfico; a de João Barbosa Rodrigues (comparação linguística entre o Guarani e a Língua Geral do Amazonas e a coleta de mitos e cantigas da região); a de Domingos Soares Ferreira Penna (coleta de peças arqueológicas de grupos indígenas) e as do General Couto de Magalhães (cujos resultados se encontram nos livros *Viagens ao Araguaia e O selvagem*). Além do IHGB, é necessário ressaltar a importância, para a pesquisa científica brasileira, do Museu Nacional a que estão ligados diversos especialistas e inúmeras incursões de naturalistas e etnólogos pelo território brasileiro.

Bom súdito, homem de *sciencia* e bom brasileiro: a Ciência e a construção da brasilidade

José Vieira Couto de Magalhães foi um misto de estadista, homem público, escritor, explorador e cientista e, como tal, insere-se no perfil dos naturalistas e viajantes do século XIX. Nascido em Diamantina-MG, em 1837, morreu no Rio de Janeiro a 1898. Estudou matemática na Academia Militar do Rio de Janeiro, frequentou o curso de Artilharia

de Campanha, em Londres; bacharelou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 1859 e doutorou-se em 1860, na mesma faculdade. Como homem público, destacou-se como Conselheiro de Estado; Deputado Geral por Goiás e Mato Grosso; Secretário de Governo de Minas Gerais (1860-1861); Presidente das Províncias de Goiás (1861-1864), Pará (1865-1866), Mato Grosso (1866-1868) e São Paulo (1889); Presidente do Clube dos Oficiais Honorários do Exército e Diretor do Banco de São Paulo. Era, de fato, um homem ilustrado que falava várias línguas (francês, italiano, inglês, alemão e tupi), sendo considerado o fundador dos estudos folclóricos no Brasil e tendo fundado o primeiro observatório astronômico de São Paulo, em sua chácara, às margens do Tietê.

Destacou-se na Guerra do Paraguai, nas batalhas de Corumbá e Alegre, quando conseguiu repelir a invasão de tropas paraguaias naquela região. Por sua ação militar nessa guerra, recebeu o título de Brigadeiro-Honorário do Exército. Dirigiu a navegação fluvial pelo rio Araguaia e, mais tarde, organizou e administrou a Companhia do Araguaia. Com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico através da exploração fluvial, projetou ligar as bacias do Prata e do Amazonas, demonstrando já uma visão geopolítica que visava, de uma só vez, a integração territorial do Brasil, a salvaguarda desse território e a sua inclusão econômica no processo produtivo brasileiro.

Como explorador, excursionou pelo rio Araguaia (1863) de onde recolheu farto material para seus estudos. Na condição de estadista, não deixou de realizar explorações de reconhecimento territorial e de observação da composição étnica, bem como das possibilidades econômicas de áreas então marginais. Dessas observações nasceram as suas propostas de integração e exploração do trabalho indígena, além de suas obras de caráter histórico e antropológico. São elas: *Os Guaicurus ou a fundação de São Paulo*; *A revolta de Felipe dos Santos* (1720); *Viagem ao Araguaia* (1863); *Anchieta e as línguas indígenas*; *O selvagem* (1876); *Teses e dissertações* (1860); *Dezoito mil milhas do interior do Brasil* (1872) e *Ensaio de Antropologia* (1874). Significativamente, retirou-se da vida pública logo após a proclamação da República, ocasião em que foi preso e em seguida liberado, como reconhecimento à sua contribuição na exploração do interior do Brasil, e também devido à sua erudição.

256

A sua obra mais importante, *O selvagem*, à semelhança de outras produzidas no século XIX, fora comissionada pelo imperador D. Pedro II, especialmente para figurar na biblioteca americana da Exposição Universal da Filadélfia, em 1876, por ocasião das comemorações do centenário da independência americana.

O interesse de Couto de Magalhães pelo estudo das populações indígenas, e de que derivavam as suas propostas, foi caracterizado por uma singularidade política e pragmática. A valorização das populações indígenas, incluindo sua organização social, seu modo de produção, seus costumes e suas línguas, ao lado de suas características físicas, nas obras de Couto de Magalhães, está intrinsecamente associada a uma perspectiva pragmática e geopolítica da utilização do braço indígena para a ocupação, melhoramento e manutenção de vasta porção do território nacional, para o que, segundo Couto de Magalhães, apenas esses povos encontravam-se naturalmente habilitados, uma vez que se encontram melhor adaptados às condições geoclimáticas dos sertões do que os brancos, de forma que “o branco no meio das florestas (...) é tão miserável quanto o *tapuio* em nossas cidades com seu arco e flecha”.²⁶ A tarefa que se impunha ao Estado, em sua opinião, consistia na domesticação dos povos indígenas, tidos como selvagens, e em encontrar meios de incluí-los na nacionalidade. Essa domesticação, todavia, não poderia ser realizada sem que antes os índios fossem suficientemente conhecidos. Baseado nesse ideário, Couto de Magalhães propõe uma prática civilizatória, mediante a qual deveria ocorrer a transformação do índio tribal em sujeito-súdito.

Segundo sua postulação, a domesticação do índio não só resolveria um problema de mão de obra produtiva, como igualmente traria fim às (reais ou virtuais) constantes ameaças de grupos indígenas à expansão da sociedade nacional. Dessa forma, a integração do indígena à sociedade brasileira, se processaria através do contato pacífico que, para Couto de Magalhães, se daria, em larga medida, pelo conhecimento das línguas indígenas, evitando conflitos armados e o desnecessário genocídio desses povos.

O que caracteriza a especificidade da obra de Couto de Magalhães, com referência à questão indígena, é a sua aposta na capacidade do índio participar, na condição de elemento ativo, no processo de formação e de desenvolvimento da sociedade brasileira. Em sua visão, o índio estava destinado a ser o guardião das fronteiras, como um modo de

garantir, para o Brasil, a posse da terra em locais onde a presença da sociedade nacional era pouco, ou nada, marcante; além do mais, para Couto de Magalhães, o índio deveria participar na produção e na acumulação das riquezas nacionais. É necessário notar que para melhor desempenhar esse papel que, segundo Couto de Magalhães, era a única solução racional e moralmente aceitável, era imprescindível integrar os índios à sociedade nacional.

Dessa maneira, a política da catequese pela língua do outro, presente em sua obra, é, assumidamente, herdeira da política colonial praticada pelos portugueses e pelos missionários. Tanto que, para auxiliar na tarefa de domesticação do índio, ele recomendou que fosse criado um corpo militar de “línguas”, nome que os missionários, à época da catequese/colonização, davam aos intérpretes ou leigos especialistas em línguas indígenas.²⁷ Esses neolínguas são, em sua concepção, os modernos agentes dessa conversão laica e imperial, pois, assenhoreando-se das línguas nativas e espalhando-se pelas aldeias, a eles caberia a missão de introduzir o índio na sociedade nacional, transformando-o em um cidadão útil e produtivo.

Mas, o confronto maior, entre as ideias de Couto de Magalhães e o pensamento que predominava nessa época, residia no fato de ele insistir em que o índio deveria entrar na composição da nacionalidade brasileira, ao passo que a ideia corrente era que a formação de uma civilização nos trópicos dependeria necessariamente da importação de europeus. Essas propostas de Couto de Magalhães não foram implementadas, especialmente porque a política imperial, baseada no progresso e no modelo europeu, não contemplava os índios, tidos como tipos humanos culturalmente inferiores. Assim, não havia interesse em formar um corpo de especialistas em línguas indígenas para promover a integração desses povos à civilização, nos moldes preconizados por Couto de Magalhães. Nem tampouco em trocar os colonos europeus pela incorporação de índios no processo civilizatório e de melhoramento racial.

De todo modo, a obra de Couto de Magalhães vinha ao encontro da proposta do IHGB de investigar as origens do homem americano, compreender suas formas de organização e suas expressões culturais. Em parte, *O selvagem* cumpre esse papel: discute as origens dos ameríndios; descreve suas aptidões físicas e culturais; classifica-os de acordo com os padrões científicos vigentes e encontra neles as qualidades necessárias para propor incorporá-los ao esforço imperial de desenvolvimento econômico e aperfeiçoamento civilizatório.

257

Razões e diálogos científicos

O selvagem – primeiramente preparado como memória apresentada à Comissão Superior da Quarta Exposição Nacional e, posteriormente, para constar da biblioteca da exposição da Filadélfia – de Couto de Magalhães apresenta um projeto em que se conjugam ilustração e uma proposta civilizatória para o Brasil. Essa característica é estruturante do livro, investe-o de sentido enquanto uma obra em que, em bases científicas, o autor trata da constituição étnica e linguística do Brasil.

Ao propor uma caracterização histórico-antropológica da população brasileira, o autor intenta produzir, apoiado em pressupostos evolucionistas, como o demonstra o conjunto de autores com os quais dialoga, uma explicação racional para o estado cultural em que essa população se encontrava. A partir desse diagnóstico, argumenta a favor de um processo civilizatório baseado na incorporação das populações indígenas, não apenas como mão de obra, mas, sobretudo, como elemento culturalmente relevante à formação da nacionalidade. Dessa maneira, argumenta, retirar-se-ia o índio de sua barbárie e, ao mesmo tempo, estimular-se-ia o desenvolvimento econômico e cultural do Brasil.

Ao discutir o homem americano, dá mais ênfase às questões relacionadas ao povoamento do Brasil, ainda que discuta hipóteses sobre o aparecimento do homem e dos tipos humanos existentes. Trata-se de uma questão em voga no século XIX, e havia inúmeras teorias que visavam dar conta e razão ao aparecimento do homem.²⁸ Além do mais, Couto de Magalhães mostra estar atualizado com a produção científica sobre esse assunto. Resumidamente, pode-se dizer que as teorias de Couto de Magalhães a respeito do homem americano expressam um determinismo ambiental,

como se evidencia em sua justificativa em face da superioridade do índio para certos trabalhos, bem como da sua capacidade de sobrevivência devido à sua adaptação ao meio ambiente. Por outro lado, esse determinismo também sustenta a sua explicação relativa à ordem de aparecimento/desaparecimento dos quatro troncos humanos, segundo a classificação de que se utiliza:

(...) como o tronco negro é o que melhor suporta o calor (...) parece que foi o primeiro criado (...). Pela mesma série de comparações, creio que o tronco amarelo veio depois do preto, o vermelho depois do amarelo, e, finalmente o branco – que deve ser contemporâneo dos primeiros gelos (...). Julgo também que, na ordem do desaparecimento, a natureza há de proceder pela mesma forma – o tronco preto há de desaparecer antes do vermelho, e assim sucessivamente até o branco.²⁹

Cronologicamente, julga que o homem americano “remonta até à data do período paleolítico”.³⁰ Discorre, ainda, acerca dos cruzamentos havidos entre os troncos, uma vez que “(...) ao tempo do descobrimento, havia aqui na América duas raças, uma – que é tronco – vermelha, cuja existência remonta (...) há muitos mil anos; outra, cruzada com raças brancas”.³¹ Comparando os cruzamentos das raças brasileiras com as havidas no Peru, conclui que a raça branca que cruzou com as indígenas no Brasil não é a mesma que se miscigenou no Peru; e que os cruzamentos no Brasil são mais antigos que os peruanos.

No que tange especificamente aos tipos indígenas brasileiros, classifica-os fenotipicamente, distinguindo aqueles que pertenceriam a uma raça primitiva, caracterizados pela tez escura e pelo porte avantajado – dentre esses estariam os Guaikuru (Mato Grosso), os Xavante (Goiás) e os Munduruku (Pará). Os demais grupos indígenas pertenceriam à raça mestiça. Este último tipo se subdividiria em: (a) raça mestiça antiga que teria a tez mais clara e seria de menor porte (por causa da raça primitiva), dentre os quais estariam os povos tupi; e (b) raças mestiças recentes, resultado da miscigenação com o branco e com o negro já no período colonial. A esses tipos, anatomicamente considerados, associa aptidões intelectuais, culturais e/ou físicas.

Para ele, as raças mestiças seriam mais aptas intelectualmente do que a raça primitiva. Ao aventar e justificar uma singularidade do povo brasileiro, afirma que

(...) a raça humana, que atualmente habita o Brasil, é descendente de três troncos: dois do Velho Mundo (o branco europeu e o preto da África) e o vermelho da América. (...). Não somos, pois, nem europeus nem africanos (...). Somos uma raça americana. (...) a nossa [raça] há de ser grande e poderosa, porque é inteligente, forte, sóbria, laboriosa e pacífica.³³

No campo da Linguística, por exemplo, apresenta uma classificação das línguas indígenas, dando ênfase especial à língua tupi. Avança também uma hipótese paleolinguística, distribuindo as línguas ameríndias em arianas – aqueles que, segundo ele, apresentariam raízes sânscritas, como o Quíchua; e não arianas, como a língua tupi. Faz parte, ainda, do livro um Curso da Língua Geral, elaborado para servir didaticamente, de um lado, de instrumento para a formação dos neolínguas e, de outro, para auxiliar no processo de contato interétnico, bem como no renovado processo de conversão dos índios proposto por Couto de Magalhães. Esse Curso de Língua Geral tinha também uma função reversa. Deveria propiciar aos neolínguas e outros agentes da sociedade envolvente um material didático, mediante o qual os índios poderiam aprender a falar português, facilitando, assim, a sua integração à civilização nacional.

Para ele, a língua é o principal instrumento de preservação da história da humanidade, por isso destaca a sua importância na conquista pacífica dos indígenas. Além da conquista linguística, Couto de Magalhães preconiza a importância das uniões interétnicas, argumentando que, através da mestiçagem, o europeu desenvolveria uma resistência genética ao microclima tropical, e que isso seria um ponto positivo para o desenvolvimento do Brasil. No entanto, no que se refere ao papel reservado às línguas indígenas (isto é, ao Nheengatú³⁴), Couto de Magalhães diz que a inserção dessa língua na sociedade brasileira se daria através dos falantes nativos que seriam introduzidos, ainda criança – sem,

contudo, negligenciar sua cultura indígena –, na sociedade brasileira. Esses indivíduos se tornariam, por excelência, os mediadores entre essas duas realidades culturais.

Mais do que a construção da nacionalidade – de acordo com o pensamento dominante no Segundo Reinado –, o Curso de Língua Geral de Couto de Magalhães é parte integrante desse processo que visa civilizar o Brasil, objetivando, sobretudo, transformar o selvagem em elemento conveniente à nacionalidade. Nesse sentido, é possível dizer que o curso é um instrumento enunciativo e discursivo em que a afirmação desse ideal de nacionalidade se materializa e produz seus efeitos.

Em seu papel de memória reconstituída da Língua Geral, o curso está afetado pela ideologia nacionalista e civilizatória que faz exceder a língua, para articulá-la ao processo geral de construção nacional. Trata-se, pois, da memória de uma língua atravessada pela premência de elevar o Brasil à categoria de nação civilizada. O Curso de Língua Geral de Couto de Magalhães, que apresenta uma tendência claramente evolucionista, é, por excelência, um instrumento de institucionalização da cultura europeia, numa experiência tropical. Nesse momento histórico, o modelo civilizatório europeu aparece como o único capaz de tirar o Brasil de sua selvageria natural e elevá-lo aos padrões de civilização desejados. Para isso, era imprescindível eliminar os resquícios de selvageria, conter os sentidos, discipliná-los, dar-lhes contorno e controle.

É interessante notar que, mesmo sabendo das diferenças étnicas e linguísticas entre os povos indígenas brasileiros, Couto de Magalhães os trata genericamente, pois é na condição de índio genérico (daí a sua insistência sobre a Língua Geral) que esses elementos dever-se-iam integrar à nação e ao projeto de civilização. Afinal, domesticar/pacificar/integrar os índios das áreas ainda selvagens/bárbaras do Brasil significa: (1) fazer com que eles entendam (linguística e culturalmente) a população não indígena, e (2) fazer a conquista pacífica de uma imensa e rica parcela do território brasileiro, conforme declara no frontispício da edição de 1876.

A preocupação com a cientificidade (manifesta nas citações que faz ao longo de sua obra, apoiando e legitimando suas hipóteses em diversos livros e autores); com a objetividade do método e da análise (claro, por exemplo, em vários momentos nos quais o autor dialoga criticamente com a produção científica e com suas fontes documentais); bem como a forma sistemática, moderna, progressista e controlada de fazer suas análises parecem apontar para uma filiação filosófica e científica do autor a um naturalismo evolucionista de corte determinista. Como exemplo dessa filiação pode ser destacada a sua afirmação segundo a qual “o homem só podia aparecer nos fins da época terciária”.³⁵ Ou, então, sua teoria dos estágios evolutivos do homem, pela qual os índios estariam no estágio da barbárie, todavia com potencial para ingressarem no estágio da civilização: “a antropologia demonstra que o homem físico passou *sempre* de período mais atrasado para o mais adiantado; a história demonstra o mesmo fato a respeito do homem social”.³⁶

259

Homens de *sciencias* e imaginário imperial

No cenário político e intelectual da segunda metade do século XIX, Couto de Magalhães se apresenta como um participante ativo dos principais debates e polêmicas em voga, tais como a construção da identidade nacional e as discussões raciais e políticas que pontificam no Brasil imperial. Em *O selvagem* são identificadas as ressonâncias de alguns dos principais motes científicos do período, bem como suas afinidades e discordâncias em relação a eles. As ideias evolucionistas que marcaram a época de Couto de Magalhães estavam presentes em seu trabalho, assim como também as obras publicadas pelos letrados do IHGB. Adiante serão apresentados os principais diálogos empreendidos por Couto de Magalhães com os autores do período, destacando suas influências, apropriações e divergências.

Para descrever as eras geológicas do planeta, Couto de Magalhães reportou-se aos trabalhos do evolucionista e geólogo Charles Lyell (1797-1875). Seu principal trabalho, *Principles of Geology*, foi citado por Couto de Magalhães ao discorrer sobre os vestígios humanos na América: “segundo o testemunho de Lyell, os vestígios humanos mais

antigos que se hão encontrados na América, indicam a presença do homem no princípio da época quaternária”.³⁶ Lyell defendeu que a observação geológica era adequada para explicar a história da terra. A teoria de Lyell, que consistia basicamente em explicar que a superfície da Terra teria sido alterada de forma gradual por agentes naturais, como a chuva, a neve, a erosão, os vulcões entre outros, influenciou, segundo Márcio Couto Henrique, os estudos de Darwin, para quem essa teoria era geologicamente correta.³⁷

Muitos dos conceitos científicos utilizados por Couto remetem-se à valorização da raça americana e à sua justificativa para a implantação do progresso nas regiões selvagens do país. Imbuído desse propósito, Couto de Magalhães também leu, e usou como referência, a obra do linguista, orientalista e mitólogo alemão, Max Muller (1823-1900), no que tange à sustentação da sua concepção de que os índios consideram seu parente todos aqueles que falam sua língua, e que é compatível com o fato atestado “que entre todos os povos europeus a palavra que traduz a ideia de inimigo significa primitivamente aquele que não fala a nossa língua”.³⁸

Os estudos das grandes línguas indígenas do Brazil é assunto de considerável interesse, não só debaixo do ponto de vista pratico, como debaixo do ponto de vista científico. Quanto a seu interesse científico, eu transcreverei aqui as palavras que vem na introdução da obra – Alfabeto phonetico – de um dos mais notáveis lingüistas dos tempos modernos, o Sr. R. L. Lepsius, de Berlim, diz elle: “um dos mais anhelos da sciencia moderna, e ao qual só ultimamente se achou em circumstancias de attender, é o conhecimento acurado de todas as línguas da terra”.³⁹

Foi assim que Couto de Magalhães dialogou também com a obra de Lepsius, devido aos estudos linguísticos. Carl Richard Lepsius⁴⁰ (1810-1884) dedicou-se à linguística (era especialista em sânscrito, egípcio antigo e núbio), arqueologia e à egiptologia. Lepsius lecionou egiptologia na Universidade de Berlim, traduziu o *Livro dos mortos*, e foi também diretor do Instituto Arqueológico Alemão em Roma.

260

O astrônomo francês Emmanuel Liais (1826-1900), que estudou a natureza brasileira, notadamente a botânica, a zoologia, a geografia climática e geológica do país, também influenciou a obra de Couto de Magalhães. Liais chefiou diversas expedições de reconhecimento geográfico do interior do Brasil e também foi convidado pelo imperador Dom Pedro II, em 1874, para dirigir o Observatório Nacional. Sua teoria contra-atacava a teoria de Darwin, que, para Liais, contrariava os princípios da antropologia e da arqueologia “para os quais a superioridade das culturas era medida pelo tempo da sua existência”.⁴¹ As questões relacionadas à implementação da modernização no país, como a navegação e obras de infraestrutura, também foram discutidas por Couto de Magalhães. Para tanto, o suporte científico encontrado nos trabalhos de Liais foram essenciais para Couto de Magalhães, especialmente para a elaboração de sua política de expansão, desenvolvimento e integração nacional.

Da mesma maneira, os Couto de Magalhães dialogaram com os trabalhos do naturalista francês Georges Cuvier (1769-1832), incorporando seu método em *O selvagem*. Responsável por formular as leis da anatomia comparada, as quais possibilitaram diversas reconstruções paleontológicas, Cuvier delineou, em linhas gerais, uma instrução escrita aos viajantes e naturalistas do século XIX para a coleta de crânios de selvagens, com o objetivo de realizar uma classificação das diferentes raças do mundo; através da anatomia comparada estabeleceu a ocorrência do fenômeno da extinção. Nessa perspectiva, Cuvier é tido como um opositor das ideias evolucionistas na França, representando também a inflexão das ciências naturais, no início do século XIX.⁴²

Importa enfatizar que a obra de Couto debatia uma questão central para os homens de *sciencia* do século XIX: o cruzamento das raças e o fenômeno da mestiçagem.⁴³

O phenomeno da diferenca de cor, que não pode encontrar explicação na ação dos meios, porque esta foi a mesma para todos eles, é documento de incontestável autenticidade para provar a mescla do sangue. (...) O índio e branco produziram uma raça mestiça, excelente pela sua energia, coragem, sobriedade, espírito de iniciativa. (...) Os traços físicos característicos, ao menos pra mim, que subsistem da raça indígena nestes dois mestiçamentos são: a cabeça, a qual conserva a depressão da testa e a estrutura, aproximando-se da

*do índio (...). O cruzamento destas raças, ao passo que misturou os sangues, cruzou também – se nos é lícito servimo-nos dessa expressão – a língua portuguesa, sobretudo a linguagem popular. (...) tanto mais que quando hoje é sabido que a mistura do sangue indígena é uma condição muito importante para a aclimação da raça branca em climas intertropicais como o nosso.*⁴⁴

Desse modo, Couto de Magalhães discorre sobre as vantagens da utilização do braço indígena – em contraposição aos milhões de braços europeus que chegavam ao país – e também sobre os benefícios do estudo da língua dos selvagens. Um exemplo que faz referência aos estudos sobre raça, em voga no século XIX, é-nos fornecido, em *O selvagem*, quando Couto de Magalhães, ao discutir as consequências da mestiçagem, menciona que o Sr. Quatrefages, diante deste extenso cruzamento pergunta: “qual será o resultado em relação à espécie humana desta fusão de sangue, operada em tão alta escala no imenso cadinho da América”. As obras do naturalista francês Quatrefages de Bréau – membro da Academia de Ciências da França e do Museu Nacional de História Natural – têm ressonâncias em *O Selvagem*. Couto de Magalhães concorda com Quatrefages quanto ao resultado final da mestiçagem das raças como algo favorável para a humanidade, “porque todos os antropologistas e, entre eles, o maior dos mestres modernos, o Sr. De Quatrefages são acordes em que existem raças brancas em estado mais rudimental e bárbaro do que os nossos selvagens”.⁴⁵

Um fato que chama a atenção concerne à evidência de Couto de Magalhães ter lido *A Origem das Espécies*, publicado em 1859, contudo sem citar diretamente Charles Darwin em seu trabalho. Esse fato, também comentado por Márcio Couto Henrique,⁴⁶ revela-se, no mínimo, curioso. A evidência de que Couto de Magalhães conhecia a obra de Darwin encontra-se na citação que o autor faz, em nota, do prefácio da edição francesa de *A origem das espécies*, escrito por Clemence Augustine Royer (1830-1902), filósofa e cientista, responsável pela primeira tradução, em francês, do livro de Darwin e pela introdução do darwinismo na França, em 1862, além de ser precursora do racismo, da eugenia e do darwinismo social. Nesse prefácio, Royer discutiu a aplicação da teoria da seleção natural para explicar a evolução da raça humana. Outro autor, considerado por muitos como grande influenciador dos estudos de Darwin, Charles Lyell (1797-1875), também foi citado por Couto de Magalhães, assim como Jean-François-Albert du Pouquet, Marquês de Nadaillac (1818-1904). A citação em questão é feita como contraposição ao antievolucionismo de Cuvier que negava a existência do homem fóssil.⁴⁷

Em relação à recepção da teoria evolucionista de Charles Darwin no Brasil, Domingues afirma que ela foi contravertida, tanto no meio científico quanto no meio intelectual. A historiadora afirma que foi a partir de 1870 que os brasileiros começaram a tomar posições a respeito do darwinismo e que, embora essa teoria tivesse muitos defensores no meio científico, também encontrou muitos contestadores. O centro da discussão não estava, entretanto, na ideia, em si, de evolução, uma vez que esse termo possuía um sentido bastante amplo no Brasil oitocentista, porém no fato de concorrerem diversas concepções evolucionistas⁴⁸ e de ter-se criado uma divisão entre darwinistas e não darwinistas, qual seja, entre os adeptos dos conceitos preconizados por Darwin – e que se contrapunham, por exemplo, à teoria de Jean-Baptiste Lamarck (1744-1829) – e os adeptos de outras correntes evolucionistas, como a de Lamarck.

Domingues afirma, ainda, que a polêmica relativa à teoria de Darwin, no Brasil, estava calcada em uma relação triangular que envolvia o imperador, os cientistas brasileiros e colegas europeus – inclusive o próprio Darwin e o seu grande opositor, Quatrefages. A pesquisa feita pela historiadora com base na correspondência trocada entre Dom Pedro II e Quatrefages, de 1870 até 1890, levou-a a afirmar que o imperador concordava com as teses antidarwinistas de Quatrefages e até mesmo as incentivava, com o envio, através do Museu Nacional, de materiais indígenas e fósseis. Pelas cartas trocadas, o imperador afirmava suas convicções contrárias ao evolucionismo darwiniano e Quatrefages manifestava seu grande interesse pelo Brasil e suas instituições científicas.⁴⁹

*O confronto de vários autores que se envolveram com a teoria de Darwin no Brasil em fins do século XIX leva a concluir que não somente o debate sobre a teoria foi representativo naquele momento, como se instauraram polémicas que, além de dividirem a opinião dos que com ela se envolviam, deixaram claro que no caldeirão conhecido como darwinismo confundiram-se as várias interpretações da ideia de evolução.*⁵⁰

Dessa maneira, Couto de Magalhães mescla, em sua obra, diversos autores e teorias, dentre esses alguns opositores, outros adeptos ao evolucionismo em voga no Brasil Imperial. Esses exemplos permitem inferir que Couto de Magalhães estava sintonizado com os principais debates intelectuais da segunda metade do século XIX, e os principais temas, como o próprio darwinismo, o racismo científico, o evolucionismo, concordando, ou não, com essas teorias e com os principais nomes da Ciência do seu tempo. Couto de Magalhães interpretou e reelaborou as principais ideias e debates em razão da diferença entre as raças. Sob a ótica de Lília Schwartz, “raça” era entendido como algo essencial para o “processo civilizatório” e as principais teorias raciais publicadas na Europa ocasionavam forte impacto no Brasil do século XIX.⁵¹ Para Couto de Magalhães,

(...) nós não somos, pois, nem europeus nem africanos. No colossal cadinho da América do Sul já se fundiram, e continuam a fundir-se os sangues das três raças, e produzindo uma americana, a brasileira, que há de ser forte e poderosa, como a raça yankee da América do Norte; essa também não é europeia nem africana, e sim americana; a nossa há de ser grande e poderosa, porque é inteligente, forte, sóbria, laboriosa e pacífica, e porque o território de nosso país, com uma só língua e uma só religião, pode conter, segundo os cálculos de Elisée Reclus, mais de trezentos milhões de habitantes.⁵²

O que também deve ser destacado é que o selvagem deve ser situado no bojo das discussões que fundavam os projetos da recente nação na segunda metade do século XIX. Nesse sentido, o IHGB teve papel primordial, através da sua revista, de suas publicações e da atuação de seus sócios, na construção de um modelo de história nacional. Couto de Magalhães era sócio correspondente do IHGB e sua obra passou a representar um dos vieses da construção da identidade nacional, através da discussão dos aspectos da linguagem, dos projetos de catequese e civilização dos índios no século XIX.⁵³

O intenso debate acerca dos povos indígenas no IHGB ocupou o maior espaço da *Revista do Instituto*, ao lado de temas também centrais como as viagens e explorações científicas e a história regional (Guimarães, 1988, p. 18). Coadunado com o debate científico, Couto de Magalhães reconhecia em sua obra a funcionalidade da mão de obra indígena para a consolidação do território Imperial. Para o projeto de escrita da história nacional, parte dos letrados do IHGB optou por eleger o índio como o representante da nacionalidade.

Foi certamente com a leitura do artigo de Carl Friederich von Martius, intitulado Como se deve escrever a História do Brasil, escrito em 1844 e publicado na *Revista do IHGB* – no qual von Martius defendia ser tarefa dos linguistas redigir dicionários e fazer a descrição das gramáticas das línguas indígenas,⁵⁴ que Couto de Magalhães assume a disposição de escrever um trabalho para o aproveitamento do selvagem e do solo ocupado por ele. O propósito de Couto de Magalhães encontra-se resumido nas primeiras páginas da obra, com um aviso ao leitor, “o constante testemunho da história demonstra que por toda parte, e em todos os tempos em que uma raça bárbara se pos em contato com uma raça civilizada, esta se viu forçada ou a exterminá-la, ou a ensinar-lhe sua língua”.⁵⁵

Com bem destacou Kaori Kodama, o termo “etnologia”, nos termos do IHGB, foi definido como a “área de conhecimento – junto à arqueologia – ligada à primeira época da história do Brasil, relativa aos indígenas, primitivos habitantes do que viria a ser o território do Império”.⁵⁶ Nesse sentido, há indícios de que a obra de Varnhagem, outro sócio do IHGB e que propôs a criação, no instituto, da seção de etnografia, foi lida e discutida por Couto de Magalhães. Na opinião de Varnhagem, a etnografia indígena deveria pesquisar os nomes das nações indígenas, as suas línguas, os dialetos, as crenças, a arqueologia, os usos e os costumes e também os meios de civilizá-las.⁵⁷

Para Vânia Moreira, Varnhagem não apenas se recusou a eleger o índio como um dos símbolos da nacionalidade brasileira, uma vez que outros sócios e adeptos do romantismo o fizeram; da mesma forma coloca-se, evocando razões científicas, em uma posição historiográfica associada à recusa de incluí-los como agentes históricos, dando seu apoio a uma história do Brasil na qual o elemento europeu desempenha um papel privilegiado. Desse modo, os escritos de Varnhagem “impedem que a orientação nacionalista sobre os índios, construída durante o período imperial, seja interpretada e classificada como um corpo de princípios unívocos”.⁵⁸ Couto de Magalhães, embora concordando com

Varnhagen no tocante à necessidade de serem feitos estudos sobre as línguas e mitos dos ameríndios; diferenciava-se dele no que se referia à reflexão sobre a função do índio na História do Brasil e, principalmente, na questão relativa à inclusão na História nacional.

O aprendizado da língua geral, o Nheengatú, era considerado crucial para Couto de Magalhães, pois, somente recorrendo à língua, a história do país poderia ser traçada e o passado reconstruído. Couto de Magalhães falava o Nheengatú e se orgulhava disso, pois acreditava que, dessa maneira, compreenderia o mundo indígena, além de afiançar que a representação da nacionalidade brasileira estava nos sertões. No ponto de vista Marcio Couto Henrique, “aos poucos, desenvolve-se a noção de que era necessário buscar no passado o que teria sido nossa “autenticidade primitiva” perdida nas trilhas do “progresso”. Consolida-se assim, a nostalgia dos jardins do éden. No caso do Brasil, a “autenticidade primitiva” foi buscada entre os índios que originalmente ocuparam o território nacional”.⁵⁹

Esses homens de letras e de *sciencias*, como Couto de Magalhães bem representa, estavam intrinsecamente ligados ao IHGB e também a Dom Pedro II.⁶⁰ A pesquisa científica recebeu forte incentivo do imperador, como a encomenda de *O selvagem*, além de diversas outras ações nesse sentido o comprovam. Para Maria Helena P. T. Machado, a obra de Couto de Magalhães o leva a ser considerado um dos mitógrafos do Império e afirma ainda que, além de Couto participar dos principais debates da segunda metade do século XIX, suas publicações alcançaram razoável sucesso de público e “lhe renderam uma aceitação acima do que se poderia esperar para uma obra que, em seu conjunto, se atém a apresentar uma miscelânea de teorias da época, sobretudo retiradas do paradigma evolucionista”.⁶¹

O discurso fundador de Couto de Magalhães

Ao analisar o contexto histórico em que a obra de Couto de Magalhães foi produzida, merece ser ressaltado o processo de construção da identidade nacional, tendo como um de seus alicerces a figura do indígena. Das obras indigenistas desse período, destaca-se *O selvagem*, em que, através de uma pesquisa antropológica, o autor, além de analisar os diversos aspectos relativos à origem, formação e importância cultural das populações ameríndias, propõe uma política de Estado para aproveitamento tanto cultural quanto físico desses indígenas. Ele enfatiza a importância do indígena para a total conquista do território brasileiro, uma vez que, na época que a obra foi escrita, ainda havia muito território a ser desbravado no Brasil. Segundo ele, o fato de o indígena ser originário do território brasileiro desde a época da pedra polida, tornava-o uma peça importante no processo de construção da identidade nacional. O seu projeto desbravador tinha como um de seus pilares a incorporação dos povos indígenas à cultura brasileira, através da sua aculturação e assimilação.

O conhecimento que o indígena tinha do território nacional, aliado à sua adaptação ao microclima tropical, o tornava essencial para o desbravamento e desenvolvimento do território nacional. A adaptação dos povos indígenas ao meio geográfico⁶² e o fato de a grande maioria desses povos estar localizada em território inexplorado é que, de acordo com Couto de Magalhães, evidenciava a necessidade de sua incorporação à nação brasileira. Na visão de Couto de Magalhães, o principal instrumento a ser usado para a dominação do indígena não era nem as armas, nem o derramamento de sangue, contudo o conhecimento e a apropriação das línguas e das culturas indígenas. Seguindo o modelo utilizado pelas missões jesuítas que, ao dominarem a língua indígena, obtiveram êxito no processo de conversão dos índios ao cristianismo, Couto de Magalhães conclui que, a partir do momento que se domina a língua, se domina toda a cultura e, por conseguinte, o próprio indígena.

Assim sendo, Couto de Magalhães propunha uma nova conversão, visando integrar todos os grupos indígenas, culturalmente diferenciados, a uma nova e única nação. Esse novo processo de catequização deveria impor aos povos indígenas uma nova identidade, seguindo os padrões estabelecidos pela hegemonia europeizante que também caracterizava o movimento em direção ao estabelecimento de uma identidade nacional. Essa idealização civilizatória, apesar de suas diferenças, não deixa de apresentar ligação com a política indigenista que, desde o período colonial, passando

pelas transformações impostas pelo Marquês de Pombal, especialmente com o Diretório dos Índios, de 1755, uma vez que se propunha a transformar o índio, enquanto categoria diferencial étnica, histórica e social, em ser genérico, diluído no conjunto supraétnico dos súditos. Nesse sentido, promovia-se uma nova forma de apagamento cultural e histórico, como um dos efeitos inerentes ao processo de deculturação/(re)aculturação que, desde os tempos do Estado colonial português, conforme atesta Moreira Neto, vinha sendo promovido, chegando até o Segundo Reinado, quando, de fato, observa-se um esforço na busca da institucionalização de um Estado e de uma nação brasileira.⁶³

Em termos discursivos, vimos repercutir e se entrelaçar à narrativa de *O selvagem* a matriz de um dos discursos fundadores que instituem o imaginário brasileiro: o da nação que sai do estágio de barbárie para ingressar no de civilizada, ou, em termos contemporâneos, que se desenvolve visando ingressar no primeiro mundo. Detectamos também outra matriz fundacional, igualmente constitutiva do discurso de *O selvagem*, e que concerne à figura e ao papel desempenhado pelos povos indígenas brasileiros, em especial os tupi; bem como a relevância das línguas faladas por esses povos, em particular a língua tupi, em sua variante de língua geral. Se a primeira matriz gera-se no século XIX, e especialmente no Segundo Reinado, estendendo-se, através de diversos deslocamentos, até o presente; a segunda remete a um legado missionário do período colonial. Assim, de um lado estão a ilustração e o projeto civilizatório do Brasil oitocentista e, de outro, as ressonâncias da política jesuítica de conversão na língua do outro, imbricam-se seja no discurso científico, seja no discurso político-administrativo de Couto de Magalhães, ambos textualizados nas páginas de *O selvagem*.

A posição científica e política de Couto de Magalhães punham-se criticamente na contramão da formação histórico-ideológica dominante na sociedade brasileira que, baseada no racismo então em voga, fazia resistência à absorção cultural de índios e negros. Segundo a concepção mais de acordo com o projeto civilizatório do Império, o atraso cultural brasileiro era creditado à miscigenação de europeus com índios e negros. Esse diagnóstico levava à necessidade de importar europeus, como solução para o melhoramento da raça e, por conseguinte, da nação.

Notas e referências bibliográficas

Luiz Carlos Borges é Doutor em linguística pela UNICAMP, pesquisador titular do Museu de Astronomia e Ciências Afins e professor do PPGMUS UNIRIO/MAST. E-mail: lcborges@mast.br Agradeço a colaboração das outras autoras deste artigo pela participação na pesquisa durante o período que trabalhamos comigo por meio de bolsa PCI/MAST.

Manuela Brêtas de Medina é doutoranda em História na UERJ. E-mail manu.bretas@gmail.com

Lívia Nascimento Monteiro é doutoranda em História na UFF. E-mail: lnascimento Monteiro@gmail.com

- 1 Para uma abordagem discursiva da prática científica, ver: ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso e texto*. Formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2005; ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Terra à vista*. Discurso do confronto: velho e novo mundo. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. Unicamp, 1990; PÉCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. Unicamp, 1988; FICHANT, M; PÉCHEUX, Michel. *Sur l'histoire des sciences*. Paris: Maspero, 1974. (Théorie – Cours de Philosophie pour Scientifiques 1967-68, v. III).
- 2 Para uma ampla discussão sobre ilustração, Ciência e poder no Brasil, especialmente no início do XIX, ver VARELA, Alex Gonçalves. *Juro-lhe pela honra de bom vassalo e bom português*. Análise das memórias de José Bonifácio de Andrada e Silva (1780-1815). São Paulo: Anablume, 2006.
- 3 BOSI, Alfredo. *A dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- 4 DOMINGUES, Heloisa Bertol. Viagens científicas: descobrimento e colonização no Brasil no século XIX. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (Orgs.). *Ciência, civilização e império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001. p. 55.
- 5 AZEVEDO, Fernando de. Introdução. In: AZEVEDO, Fernando de (Org.). *As ciências no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994. p. 13-53.
- 6 DOMINGUES, op. cit., p. 57
- 7 LOPES, Maria Margaret. O local musealizado em nacional. Aspectos de cultura das ciências naturais no século XIX, no Brasil. In: HEIZER; VIDEIRA, op. cit., p. 77-96.
- 8 DOMINGUES, op. cit., 2001, p. 45.
- 9 TURAZZI, Maria Inez. A exposição de obras públicas de 1875 e os “produtos da ciência do engenheiro, do geólogo e do naturalista”. In: HEIZER; VIDEIRA, op. cit., p. 148.
- 10 HEIZER, Alda. Os instrumentos científicos e as grandes exposições do século XIX. In: HEIZER; VIDEIRA, op. cit., p. 165-72.
- 11 NEVES, Margarida de Souza. A “machina” e o indígena. O Império do Brasil e a Exposição Internacional de 1862. In: HEIZER; VIDEIRA, op. cit., 2001, p. 203.

- 12 TURAZZI, op. cit. HEIZER; VIDEIRA, op. cit., 2001, p. 67.
- 13 LOPES apud HEIZER; VIDEIRA op. cit., 2001,
- 14 BARROS, Maria Cândida Drumond Mendes. O intérprete jesuíta na constituição de um Tupi supraétnico no século XVI. *Papia*, 1994, v. 3, n. 2, p. 18-25. BARROS, Maria Cândida Drumond Mendes; MEIRA, Marcio; BORGES, Luiz C. A língua geral como identidade construída. *Rev. Antropologia*, 1996, v. 39, n. 1; BORGES, Luiz C. A instituição de línguas gerais no Brasil. In: ORLANDI, Eni. (Org.). *História das ideias linguísticas*. Construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. Campinas: Pontes, 2001. p. 199-222. BORGES, Luiz C. *A Língua Geral Amazônica*: aspectos de sua fonêmica. 1991. Dissertação – Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp. Campinas: Unicamp, 1991.
- 15 MOREIRA NETO, Carlos de A. *Índios da Amazônia, de maioria à minoria (1750-1850)*. Petrópolis: Vozes, 1988; MELLATI, Julio Cezar. *Índios do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2007; RIBEIRO, Darcy. *Os índios e civilização*. A integração das populações indígenas no Brasil moderno. Petrópolis: Vozes, 1986; CUNHA, Manoela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Sec. Municipal de Cultura: Fapesp, 1992.
- 16 Discursivamente, pode-se falar em uma clivagem entre o índio fluido – aquele que, de fato, existe na sociedade e na história –, e o índio uno ou imaginário – aquele é produto de um recorte seja científico (um modelo), seja político (estratégias de Estado ou da sociedade para cristalizar um ser ideal).
- 17 Para uma discussão conceitual acerca de imaginário, em geral, e imaginário político e imaginário científico, em particular, consultar CASTORIADIS, Cornelius. *As encruzilhadas do labirinto*. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1997; CASTORIADIS, Cornelius. *Sujeito e verdade no mundo social-histórico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007; GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. V. 1 – Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999; ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Terra à vista*. Discurso do confronto: velho e novo mundo. São Paulo: Cortez, 1990.
- 18 DISCINI, Norma. Carnavaização. In: BRAIT, Beth. (Org.). *Bakhtin*. Outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2006. p. 53-93 e p. 55. O conceito de carnavalização, como categoria literária (e ideológica) para dar conta de formas de transfiguração alegórica da realidade, foi desenvolvido em BAKHTIN, Mikhail. *Cultura popular na Idade Média e no Renascimento*. O contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec, 1987 e BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária; Brasília: Ed. da Unb, 1981. Uma referência, ainda que implícita, à transfiguração carnavalizada (ou exótica) do índio, é encontrada em Neves, op. cit. O conceito de carnavalização, no Brasil, foi principalmente usado em estudos antropológicos, do que é exemplo o livro “O carnaval devoto. Um estudo sobre a festa de Nazaré, em Belém”, de Isidoro Alves, publicado pela Editora Vozes em 1980.
- 19 MELLATI, op. cit.; RIBEIRO, op. cit.; VARELA, op. cit.
- 20 É preciso lembrar que, no século XVI, a categoria tapuio, seguindo a terminologia dos Tupinambá, referia-se ao outro, qual seja, ao não tupinambá (que não falava tupinambá, que não tinha parentesco com os Tupi e, em muitos casos, que era o inimigo dos povos Tupi). Assim, por deslocamento, o termo passa, primeiro, a designar todos os povos que não pertenciam ao tronco Tupi e, no XIX, finalmente, desloca-se para referir ao índio supraétnico.
- 21 MOREIRA NETO, op. cit., 1988. ALMEIDA, Maria Regina Celestino. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- 22 ALMEIDA, op. cit., p. 136.
- 23 Idem.
- 24 AZEVEDO, Fernando de. A antropologia e a sociologia no Brasil. In: AZEVEDO, Fernando de. (Org.). *As ciências no Brasil*. V. 2. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994. p. 409-61.
- 25 Ibid., p. 421.
- 26 COUTO DE MAGALHÃES, José Vieira. *O selvagem*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975 [1876]. p. 69.
- 27 Na estrutura colonial, cabia aos neolínguas não apenas servir de intérpretes ou agente de ligação durante o contato entre índios e europeus, mas também cumpri-lhes traduzir, para os índios, as palavras usadas na missa e, inversamente, traduzir para os padres, durante a confissão, o que os índios declaravam. Também atuavam como intérpretes nos tribunais.
- 28 OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. Ocupação humana. In: SALATI, Eneas. et al. *Amazônia*. Desenvolvimento, integração, ecologia. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1983. p. 144-327.
- 29 COUTO DE MAGALHÃES, op. cit., p. 33, grifo nosso.
- 30 Ibid., p. 34.
- 31 Idem.
- 32 Ibid., p. 152.
- 33 Couto de Magalhães vai denominar a variante do tupi falado na Amazônia de Nheengatú (de nhee ‘língua’, katu ‘boa’ ou ‘bonita’), assim, para ele, tratava-se de uma língua harmoniosa e melódica (uma ressonância do que era dito por muitos especialistas ainda no período colonial). Opondo-se, neste particular, a Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868), para quem essa língua era apenas uma variante deturpada do Tupinambá (argumento que vai influenciar vários estudiosos das línguas e das culturas de povos indígenas, como, por exemplo, Curt Nimuendajú, 1883-1945). Couto de Magalhães valoriza essa língua (ainda que generalizando-a como a língua por excelência dos índios brasileiros), considerando-a importante para promover a integração dos povos indígenas. O Nheengatú, também chamado de Língua Geral Amazônica (com as variantes Língua Geral e Geral), Tupi, Tupi Setentrional e Tupi-Guarani (no Brasil) e Yeral (na Venezuela), é ainda hoje falada em algumas localidades da Amazônia, sendo a língua materna (ou primeira) tanto de uma parcela da população cabocla amazonense quanto indígena. Pejorativamente, é chamada “língua de maku” para indicar uma posição estigmatizada dos que falam a Geral. BORGES, Luiz C. A instituição de línguas gerais no Brasil. In: ORLANDI, Eni. (Org.). *História das ideias linguísticas*. Construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. Campinas: Pontes, 2001. p. 199-222. BORGES, op. cit.
- 34 COUTO DE MAGALHÃES, op. cit., p. 33.
- 35 Ibid., p. 41.
- 36 COUTO DE MAGALHÃES, José Vieira. *O selvagem*. Rio de Janeiro: Typ. Da Reforma, 1876. p. 4.
- 37 HENRIQUE, Márcio Couto. *O general e os tapuios*: linguagem, raça e mestiçagem em Couto de Magalhães (1864-1876). 2003. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, 2003. p. 23.
- 38 COUTO DE MAGALHÃES, op. cit., p. XXXVII.
- 39 Ibid., p. XXXIV.

- 40 É interessante notar a discrepância entre o modo como Couto de Magalhães registra o nome de Lepsius, R. L. Lepsius, e como o nome deste cientista é comumente encontrado, C. R. Lepsius (ainda que, em alguns casos, seu prenome nome possa ser grafado Carl ou Karl). Uma forma de esclarecer que se trata da mesma pessoa consistiu em recorrer à obra “alfabeto fonético” citado por Couto de Magalhães. Essa obra foi publicada em 1855, em Berlim, por Verlag von Wilhelm Hertz, com o título *Das allgemeine linguistische Alphabet: Grundsätze der Übertragung fremder Schriftsysteme und bisher noch ungeschriebener Sprachen in europäische Buchstaben*. Resta, todavia, o fato, a ser investigado, das razões dessa discrepância.
- 41 HENRIQUE, op. cit., 2003, p. 34.
- 42 KODAMA, Kaori. *Os filhos das brenhas e o Império do Brasil: a etnografia no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (1840-1860)*. 2005. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: PUC – Departamento de História, 2005. p. 78.
- 43 Para uma discussão mais ampla sobre raça e racismo científico no Brasil – uma questão e um tema de grande repercussão na historiografia brasileira, uma espécie de constante prestação de contas com a formação étnica do Brasil –, ver, dentre outros, SCHWARTZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; HENRIQUE, op. cit.; COSTA, Sergio. Paradoxos do pensamento antirracista brasileiro no começo do século XX. In: *Teoria e Pesquisa*, 2003, n. 42/43, p. 111-129; GASPAR, Miguel; RAMIREZ, Ricardo; CLEMENT, Salomé. *Racismo científico e eugenia*. Lisboa: Faculdade de Ciências, 2007/2008; MOREIRA, Vânia Maria Losada. História, etnia e nação: o índio e a formação nacional na ótica de Caio Prado Júnior. In: *Memória Americana*, 2008, v. 16, n. 1, p. 63-84.
- 44 COUTO DE MAGALHÃES, op. cit., p. 82-90.
- 45 Ibid., p. 96.
- 46 HENRIQUE, op. cit., 2003.
- 47 Há aqui alguns pontos que merecem destaque. O primeiro refere-se à estratégia discursiva de Couto de Magalhães de citar indiretamente Darwin e o fazê-lo em nota e através de autores ligados ao evolucionismo darwiniano. O segundo é o fato de Couto de Magalhães se referir ao trabalho de Nadaillac, “Ancienneté de l’homme”, mas registrar o nome do autor como Nadilac. O trabalho de Lyell ao qual Couto de Magalhães se refere é “Antiquity of man”, publicado em 1863. Finalmente, contrapondo-se a Cuvier, ainda que não no corpo do seu livro, Couto de Magalhães faz uma extensa citação de Royer, na qual esta crítica claramente a posição de Cuvier com relação ao homem fóssil. Os motivos que o levaram a adotar essa estratégia não podem ser aqui esclarecidos. Pode-se, no máximo especular. E a posição francamente antidarwinista do imperador (como atestam cartas trocadas com Quatrefagues) pode ter influenciado Couto de Magalhães a referir-se às teses darwinianas sem, contudo, explicitar o autor.
- 48 A partir de 1850, ocorre uma renovação no campo intelectual brasileiro com a introdução de diversas correntes científicas: spencerianismo, darwinismo e positivismo que, junto com o lamarckismo, constituíram modelos teóricos que, embora se contrapondo, eram variantes evolucionistas.
- 49 DOMINGUES, Heloisa Bertol. (Org.). *A recepção do darwinismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003. p. 45.
- 50 Ibid., p. 119.
- 51 SCHWARTZ, op. cit., 1993.
- 52 COUTO DE MAGALHÃES, José Vieira. *O selvagem*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1940 [1876]. p. 152.
- 53 HENRIQUE, op. cit., 2003.
- 54 KODAMA, op. cit., p. 45.
- 55 COUTO DE MAGALHÃES, op. cit., p. 54.
- 56 KODAMA. *Os Índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB nas décadas de 1840 e 1860*. São Paulo: Edusp, 2009. p. 66.
- 57 VARNHAGEM, Francisco Adolfo de. Memória sobre a necessidade de estudo e ensino das línguas indígenas do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typ. De João Ignácio da Silva, t. VIII, 1867, p. 204-250.
- 58 MOREIRA, Vânia. O Ofício do historiador dos índios: sobre uma querela no Império. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 2010, v. 30, n. 59, p. 61-7.
- 59 HENRIQUE, op. cit., 2003, p. 34.
- 60 SCHWARTZ. *As barbas do imperador: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 65.
- 61 MACHADO, Maria Helena P. T. Um mitógrafo no Império: a construção dos mitos da história nacionalista do século XIX. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, p. 63-80, 2000.
- 62 A concepção de que o selvagem deveria ser compreendido em função do meio geográfico em que habitava – ideia realçada por Couto de Magalhães ao tratar das aptidões físicas e culturais dos índios brasileiros –, era, segundo Klaas Woortmann, bastante difundida nos meios acadêmicos europeus. WOORTMAN, Klass. *O selvagem e o novo mundo. Ameríndios, humanismo, escatologia*. Brasília: UNB, 2004.
- 63 MOREIRA NETO, op. cit., 1988.

[Recebido em dezembro de 2011, aprovado para publicação em abril de 2012]